

Via Parque Shopping Fundo de Investimento Imobiliário de Responsabilidade Limitada

CNPJ: 00.332.266/0001-31
(Administrado pela Rio Bravo Investimentos
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
(CNPJ nº: 72.600.026/0001-81)

**Demonstrações financeiras em
31 de julho de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração da posição financeira	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - método direto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e à Administradora do

**Via Parque Shopping Fundo de Investimento Imobiliário de Responsabilidade Limitada
(anteriormente de denominado Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque
Shopping)**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Via Parque Shopping Fundo de Investimento Imobiliário de Responsabilidade Limitada ("Fundo"), administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de julho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1º de janeiro de 2025 (data do início do exercício social do Fundo) a 31 de julho de 2025 (data da transferência da administração do Fundo), bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Via Parque Shopping Fundo de Investimento Imobiliário de Responsabilidade Limitada em 31 de julho de 2025 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de julho de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do período corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Valor justo das propriedades para investimento do Fundo

Veja nota explicativa nº 6

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria conduziu esse assunto
Em 31 de julho de 2025, o Fundo possui ativos classificados como propriedade para investimento no montante de R\$ 430.644 mil, correspondente a 98,67% do patrimônio líquido do Fundo, que é mensurado pelo seu valor justo, determinado com base em um laudo de avaliação econômico financeira, elaborado por avaliador independente, que utiliza, dentre outros, dados e premissas relevantes tais como receitas e despesas projetadas, vacância, taxa de desconto e taxa de capitalização. Esse investimento possui risco de distorção relevante, em função da determinação do seu valor justo envolver uso significativo de premissas e julgamentos, bem como incertezas em relação à sua realização. Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor justo desse investimento e do impacto que eventuais mudanças nos dados e premissas do laudo de avaliação econômico financeira, bem como as incertezas em relação à sua realização, teriam sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não estão limitados a: • com o auxílio de nossos especialistas em avaliação de ativos tangíveis, avaliamos a razoabilidade e a consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desse estudo, tais como: receitas e despesas projetadas, vacância, taxas de desconto e de capitalização; • com o auxílio de nossos especialistas em avaliação de ativos tangíveis, analisamos a adequação dos cálculos matemáticos incluídos em tal estudo e a metodologia aplicada; e • avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Fundo.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo da propriedade para investimento no tocante à sua valorização, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de julho de 2025.

Responsabilidade da administração do Fundo pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

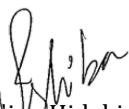
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de outubro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



William Hideki Ishiba
Contador CRC 1SP281835/O-2

VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 00.332.266/0001-31

Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ: 72.600.026/0001-81

Balanço patrimonial em 31 de julho de 2025

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	31/07/2025	% PL	Passivo	Nota	31/07/2025	% PL
Circulante		12.195	2,79%	Circulante		7.240	1,66%
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.366	1,46%	Fornecedores de materiais e serviços		223	0,05%
Contas a Receber de Aluguéis	5	5.622	1,29%	Distribuição de resultados a pagar	8	2.309	0,53%
Outros valores a receber		207	0,05%	Obrigações fiscais e previdenciárias	9	6	0,00%
				Adiantamento de clientes		650	0,15%
Não Circulante		432.215	99,03%	Outros passivos	11	3.702	0,85%
Depósitos judiciais	26	1.078	0,25%	Receitas a apropriar		350	0,08%
Despesas a apropriar		493	0,11%	Não Circulante			
				Receitas a apropriar		717	0,16%
Investimento		430.644	98,67%				
Propriedades para Investimento		430.644	98,67%	Patrimônio Líquido	7.a	436.453	100,00%
Imóveis Acabados	6.a	430.644	98,67%	Cotas Integralizadas	7.a	263.025	60,26%
				Gastos com colocação de cotas		(1.002)	-0,23%
				Amortização do valor das cotas		(58.339)	-13,37%
				Resultados acumulados		232.769	53,33%
Total do Ativo		444.410	101,82%	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		444.410	101,82%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 00.332.266/0001-31

Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ: 72.600.026/0001-81

Demonstração do resultado

Para o período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025

(Em milhares de Reais - R\$ exceto resultado por cota)

	<u>Nota</u>	<u>31/07/2025</u>
Propriedades para Investimento		
Receitas de Aluguéis	5	24.289
Despesas com manutenção e conservação	10	(436)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.002)
Receita de cessão de direitos de uso		84
Despesas de condomínio		(6.378)
Outras receitas (despesas) com propriedades para investimento	12	(2.640)
Ajuste a Valor Justo	6.b	(50.081)
Resultado Líquido de Propriedades para Investimento		(37.164)
Resultado Líquido de Atividades Imobiliárias		(37.164)
Outros Ativos Financeiros		
Receita Financeira Líquida	4	299
Outras Receitas/Despesas		
Taxa de administração	13	(765)
Despesa administrativas	15	(106)
Despesas com serviços de terceiros	14	(458)
Despesas tributárias		(203)
(Prejuízo) do período		(38.397)
Quantidade de cotas em circulação		2.800.149
Resultado por cota - R\$		(13,71)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 00.332.266/0001-31

Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ: 72.600.026/0001-81

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para o período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>Cotas integralizadas</u>	<u>Gastos com emissão de cotas</u>	<u>Amortização de cotas</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024		263.025	(1.002)	(58.339)	284.019	487.703
Resultado do período		-	-	-	(38.397)	(38.397)
Distribuição de resultado no período	8	-	-	-	(12.853)	(12.853)
Saldos em 31 de julho de 2025		263.025	(1.002)	(58.339)	232.769	436.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 00.332.266/0001-31

Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ: 72.600.026/0001-81

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto

Para o período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/07/2025</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Recebimento de Aluguéis	24.529
Recebimento de Receitas Financeiras Líquidas	440
Pagamento de materiais e serviços de manutenção	(372)
Pagamento de fornecedores de materiais e serviços	(1.126)
Pagamento de despesas com propriedades para investimento	(3.023)
Pagamento de Taxa de Administração	(873)
Pagamento de condomínio de bens não locados	(6.378)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>13.197</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimenmto	
Pagamento de custos de propriedades para investimentos	(14)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	<u>(14)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Pagamento de Rendimentos para os Cotistas	(12.264)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	<u>(12.264)</u>
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>919</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do período	5.447
Caixa e Equivalentes de Caixa - Final do período	<u><u>6.366</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

1. Contexto operacional

O Via Parque Shopping Fundo de Investimento Imobiliário de Responsabilidade Limitada ("Fundo") foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 6 de novembro de 1995. O Fundo tem prazo de duração indeterminado, é regulamentado pela Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993 e pela Resolução 472, de 31 de outubro de 2008, que foram revogadas pela Resolução 175, de 23 de dezembro de 2022, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM 181/23, 184/23, 187/23, 200/24, 206/24 e 214/24 e pela Instrução CVM nº 516/11.

O Fundo foi adaptado para a resolução 175/22 e as alterações CVM 181/23, 184/23, 187/23, 200/24 e 214/24, que entraram em vigor em outubro de 2023, cujo prazo limite se encerrou em 30 de junho de 2025.

O Fundo tem por objeto a aplicação de recursos no empreendimento imobiliário denominado Via Parque Shopping situado à Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ. Para tanto poderá: (a) adquirir áreas brutas locáveis já construídas, em fase de construção e a construir; (b) investir na ampliação do empreendimento; (c) construir outras unidades imobiliárias; (d) adquirir terrenos, unidades imobiliárias e direitos vinculados a estes bens no "Via Parque Shopping", ou em local adjacente, com a finalidade de ampliação; e (e) vender, prometer vender, incorporar e arrendar os referidos bens.

O Fundo é proprietário da totalidade do empreendimento Via Parque Shopping, inaugurado em 1993. O Shopping possui uma Área Bruta Locável de 57.017 m², 207 lojas comerciais e dispõe de 2.050 vagas de estacionamento.

Os recursos financeiros que não forem alocados em ativos imobiliários do Fundo serão investidos em cotas de fundos de investimentos ou títulos de renda fixa, públicos ou privados, com liquidez compatível com as necessidades do Fundo, observados os termos e condições da legislação e regulamentação vigentes.

As cotas do Fundo são destinadas a investidores em geral, sejam eles pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, ou quaisquer outros veículos de investimento, domiciliados ou com sede, conforme o caso, no Brasil ou no exterior, vedada a colocação para investidores não permitidos pela legislação vigente.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Administradora"), ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Os cotistas estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do Fundo se torne negativo.

O Fundo possui suas cotas negociadas em bolsa de valores, via código FVPQ11.

VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

Transferência da Administração do Fundo

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas datada de 26 de junho de 2025, por maioria de votos, os cotistas representando 43,44% (quarenta e três vírgula quarenta e quatro por cento) do total de cotas emitidas do Fundo e aptos ao exercício do direito de voto, deliberaram por aprovar a substituição da atual Administradora do Fundo, RIO BRAVO INVESTIMENTOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 72.600.026/0001-81, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, bloco B, 3º andar, conjunto 32, Vila Olímpia, CEP 04551-065, pela Nova Administradora, HEDGE INVESTMENTS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., empresa com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 11º andar, conjunto 112 (parte), Itaim Bibi, na cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 07.253.654/0001-76, nos termos da convocação da AGE. Os cotistas representando 16,33% (dezesesseis vírgula trinta e três por cento) total de cotas emitidas do Fundo deliberaram pela reprovação e 0,13% (zero vírgula treze por cento) se abstiveram. A efetiva alteração dos administradores teve seu início a partir do dia 01 de agosto de 2025.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas consoantes às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário, seguindo a Instrução CVM nº 516/11 consubstanciada pela CVM nº 175/22 e demais orientações e normas contábeis emitidas pela CVM, conforme aplicável.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderiam vir a ser diferentes dos estimados.

(a) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025 tiveram sua emissão e publicação aprovadas e autorizadas em 30 de outubro de 2025 no site da CVM e instituição administradora, bem como posteriormente serão deliberadas em Assembleia Geral de Cotistas, de acordo com a legislação em vigor.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros de natureza imobiliária e não imobiliária, bem como

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

as propriedades para investimentos que estão mensurados pelo valor justo conforme requerido pela instrução CVM 516/11.

(c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras do Fundo de acordo com as normas contábeis vigentes aplicáveis aos fundos de investimento imobiliários exige que a Administradora faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras do Fundo estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 6 – Propriedades para investimento;

3. Resumo das principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Fundo na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Ativos financeiros de natureza não imobiliária

Cotas de fundos

As cotas de fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado pelo valor das cotas informado pelos administradores dos respectivos fundos de investimento, sendo a melhor estimativa da Administração de valor justo desses ativos. A valorização e/ou desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas na “Receita financeira líquida”.

c. Ativos financeiros imobiliários

Aluguéis

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

Estão registradas pelo valor a vencer correspondente ao período de uso pelo locatário conforme contratos de locação dos respectivos imóveis, deduzido da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Provisão para ajuste ao valor de realização

A provisão é constituída para os saldos vencidos de clientes com parcelas em aberto por mais de 180 dias.

d. Propriedades para investimento

i. Imóveis acabados

São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

ii. Imóveis em construção

Registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção até a sua conclusão e inclui todos os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Fundo inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administradora;

Quando o imóvel é concluído é transferido para propriedade para investimento – imóveis acabados, e avaliado ao seu valor justo.

iii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Fundo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

e. Avaliação ao valor recuperável de ativos

A Administradora revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Fundo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Fundo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Receita de aluguéis

As receitas provenientes de locação dos imóveis destinados à renda são reconhecidas considerando critérios de perda esperada e em base linear pelo prazo de vigência do contrato de locação firmado entre as partes, considerando que todos os riscos e benefícios decorrentes dos contratos foram transferidos aos clientes.

h. Reconhecimento de receitas e despesas em resultados

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrem, independente de recebimento ou pagamento, considerando que todos os riscos e benefícios decorrentes dos contratos foram transferidos.

i. Lucro (prejuízo) por cota

O lucro (prejuízo) por cota é calculado por meio da divisão do lucro pelo número de cotas em circulação na data de encerramento do período.

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

j. Partes Relacionadas

Para quaisquer transações entre partes relacionadas, faz-se necessária a divulgação das condições em que as mesmas transações foram realizadas.

a. Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros

I. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

II. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo Fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação.

III. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, na seguinte categoria:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação;
- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja coletar os fluxos de caixa contratuais e para os quais os termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. São classificados nessa categoria as rendas de aluguéis a receber proveniente das propriedades para investimento.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e quando os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

IV. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- Caixa e equivalentes de caixas: Depósitos à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata que são representadas por cotas de fundos de renda fixa.
- Aluguéis a receber: representam as rendas de aluguéis a receber provenientes das propriedades para investimento.

V. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração e apresentação

- Passivos financeiros ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, resultantes de atividades de captação de recursos realizados pelo Fundo.

b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos financeiros são posteriormente mensurados da seguinte forma:

I. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes bem-informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele.

Os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, onde as receitas deste grupo são reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

II. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método de taxa efetiva de juros.

A "taxa efetiva de juros" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data de contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com o retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação de juros.

III. Reconhecimento de variações de valor justo

Como regra geral, variações no valor justo de ativos e passivos financeiros para negociação, são reconhecidas na demonstração do resultado, em suas respectivas contas de origem.

k. Provisões de ativos e passivos contingentes

i. Ativos contingentes

Ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência, de eventos além do controle do Fundo. Não são reconhecidos no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado.

ii. Passivos contingentes

Possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Fundo.

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/07/2025
Depósitos bancários à vista (a)	3.378
Quotas de fundos de investimentos (b)	2.988
Total	6.366

(a) montante de R\$ 3.378 em 31 de julho de 2025 está representado por depósitos à vista.

(b) As aplicações financeiras de natureza não imobiliária em 31 de julho de 2025 estão representadas por:

Descrição	31/07/2025
Aplicação Itaú Soberano Simples	322
Aplicação Itaú Soberano RF Simples	2.666
Total	2.988

Referem-se a cotas de fundo de investimento do Itaú Unibanco S.A. (Gestor e Administrador), não possuem vencimento e podem ser resgatados no curto prazo. Os ativos que compõe a carteira desse fundo estão substancialmente representados por cotas de fundo de investimento que aplicam em títulos públicos.

No Período findo em 31 de julho de 2025 foi reconhecido a título de receita de juros de aplicação financeira o montante de R\$ 299.

5. Contas a receber de aluguéis

Compreendem os aluguéis a receber relativos às lojas ocupadas, cujos saldos em 31 de julho de 2025:

Descrição	31/07/2025
Aluguéis a receber	2.560
Aluguéis a receber em atraso	29.028
Aluguéis a receber - Estacionamento	975
(-) Provisão para ajuste a valor de realização (*)	(26.941)
Total	5.622

(*) Conforme descrito na nota explicativa 3 (c), a provisão para ajuste ao valor de realização foi calculada de acordo com as perdas esperadas relacionadas à inadimplência, considerando os valores vencidos há mais de 180 dias. Todos os

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

possíveis prejuízos futuros serão contabilizados no exercício em que forem observados.

	31/07/2025
Créditos vencidos até 90 dias	745
Créditos vencidos até 180 dias	1.341
Créditos vencidos a mais de 180 dias	26.942

No período findo em 31 de julho de 2025 foi reconhecido como receita de aluguel o montante de R\$ 24.289.

6. Propriedades para investimento

a. Imóveis – acabados

Descrição	31/07/2025
Imóvel Via Parque Shopping com Área Bruta Locável de 57.258 m2, 253 lojas comerciais e de 2.011 vagas de estacionamento.	430.644
Total (a)	430.644

b. Movimentação

Descrição	31/07/2025
Saldo inicial em 1º de janeiro	480.711
Ajuste a Valor Justo	(50.081)
Benfeitorias	14
Saldo final em 31 de julho	430.644

c. Método de determinação do valor justo

A empresa Cushman & Wakefield de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência recente na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada. O Fundo adotou como data-base o mês de agosto de 2025 para revisar o valor justo da propriedade para investimento. Os valores justos são baseados nos valores de mercado, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser negociada na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

Na ausência de preços correntes no mercado ativo, as avaliações são preparadas através da consideração do valor dos fluxos de caixa agregados estimados dos aluguéis das propriedades para investimento. A taxa de desconto que reflita

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

determinados riscos inerentes nos fluxos de caixa então é aplicada nos fluxos de caixa anuais líquidos para chegar à avaliação da propriedade.

As avaliações refletem, quando apropriado, o tipo de locatário efetivamente ocupando o imóvel ou do responsável por honrar os compromissos da locação que provavelmente estará ocupando o imóvel após o período em que o imóvel ficou vago, a alocação das responsabilidades de manutenção e seguro entre o Fundo e o locatário, e a vida econômica remanescente da propriedade. Quando revisões ou renovações das locações estão pendentes e incluem aumentos previstos referentes à devolução da propriedade, assume-se que tais avisos, e quando apropriado contra-avisos, tenham sido providos de maneira válida e dentro do tempo apropriado.

No laudo de 2025 foi considerado uma taxa de crescimento real de aluguéis de 0% no 1º ano até 10% no 10º ano e uma taxa de crescimento real de despesas de 0,5%. A taxa de capitalização utilizada foi de 9,25%, com a taxa de desconto de 10,50%. A vacância financeira inicia a projeção com 19,0% no primeiro ano, decaindo linearmente até o quinto ano para 15,0%, 12,0% no sexto ano, 10,0% no sétimo ano, decaindo linearmente para 7,0% permanecendo assim no décimo ano em diante.

7. Patrimônio líquido

a. Cotas integralizadas

O patrimônio líquido do Fundo em 31 de julho de 2025 foi de R\$ 436.452 e está representado por 2.800.149 cotas escriturais e nominativas integralizadas, totalizando um capital subscrito de R\$ 278.369, e a integralizar de R\$ 15.344 referente a 95.523 cotas. O capital integralizado é de R\$ 263.025. O valor dos gastos com colocações de cotas soma R\$ 1.002. O valor líquido das cotas integralizadas é de R\$ 262.023.

As cotas integralizadas são avaliadas pela Administradora com base no patrimônio líquido, sendo o seu valor patrimonial divulgado mensalmente no site da administradora e na CVM.

b. Emissão de cotas

No período findo em 31 de julho de 2025 não houve emissão de novas cotas.

c. Séries de cotas do Fundo

Descrição	Quantidade de Cotas subscritas	Total (R\$ mil)
1ª à 11ª emissão	2.120.589	138.098
12ª emissão	235.955	42.000

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

13ª emissão	227.854	48.271
14ª emissão	215.751	50.000
Total	2.800.149	278.369

d. Gastos com colocação de cotas

Durante o período findo em 31 de julho de 2025 o saldo referente a gastos com emissão de cotas é de R\$ 1.002.

e. Amortização de cotas

Sempre que houver desinvestimentos nos Ativos integrantes do patrimônio do Fundo, nos termos e prazos legais, os recursos serão preferencialmente reinvestidos em Ativos Imobiliários. Caso a instituição administradora não identifique novos Ativos Imobiliários e condicionada a aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas, os recursos serão destinados à amortização de cotas proporcionalmente ao montante que o valor de cada Cota representa relativamente ao Patrimônio Líquido.

A amortização de cotas está prevista no regulamento do Fundo em seu artigo 54, parágrafo 2º.

No período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025 não houve amortizações de cotas.

8. Política de distribuição de resultados

O Fundo, de acordo com seu regulamento e a Lei nº 9.779/99, deverá distribuir a seus cotistas, no mínimo 95% dos lucros auferidos de acordo com o regime de caixa, com base em balanço encerrado semestralmente em 30 de junho e 31 de dezembro.

O regulamento do Fundo prevê a distribuição dos rendimentos aos Cotistas mensalmente.

A administradora do Fundo é a responsável pelos cálculos dos rendimentos a distribuir aos cotistas.

Base de cálculo:

No período findo em 31 de julho de 2025, a distribuição de resultados aos cotistas pode ser assim demonstrada:

O resultado financeiro líquido do Fundo, base para distribuição de rendimentos aos cotistas, foi calculado de acordo com o estabelecido no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/SNC/Nº 01/2014.

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

Descrição	31/07/2025
(+) Receitas apuradas no exercício segundo o regime de competência	24.672
(-) Despesas apuradas no exercício segundo o regime de competência	(63.069)
(=) Lucro contábil apurado no exercício segundo o regime de competência	(38.397)
(-) Receitas por competência e não transitadas pelo caixa	(5.622)
(+) Despesas por competência e não transitadas pelo caixa	50.310
(+) Receitas registradas por competência em exercícios anteriores e realizadas financeiramente no exercício corrente	6.864
(-) Despesas registradas por competência em exercícios anteriores e realizadas financeiramente no exercício corrente	(289)
(=) Lucro ajustado base para cálculo da distribuição	12.866
Resultado mínimo a distribuir (95%)	12.223
	2024
Lucro distribuído no exercício	12.853
Saldo de lucros a pagar exercício anterior	1.720
Pagamento de rendimentos	(12.264)
Saldo de rendimentos a pagar	2.309
Percentual de rendimento proposto sobre a base de cálculo	99,91%

9. Obrigações fiscais e previdenciárias a Pagar

Descrição	31/07/2025
ISS a recolher	1
INSS a recolher	5
Total	6

10. Despesas com manutenção e conservação

Descrição	31/07/2025
Manutenção de bens locados	(436)
Total	(436)

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

11. Outros Passivos

Descrição	31/07/2025
Contas a pagar - IPTU	2.800
Aliansce Shopping Centers	636
Retenções contratuais	266
Total	3.702

12. Demais receitas (despesas) com propriedades para investimento

Descrição	31/07/2025
Juros / Multas recebidos	147
Comissões S/Loações	(1.062)
Despesas bancárias	(4)
Fundo de promoção	(90)
Perdas com inadimplência de Condomínio	(1.142)
Serviços de Terceiros	(28)
Taxa de administração de aluguéis	(115)
Outras despesas	(16)
Honorários advocatícios	(186)
Despesas legais e judiciais	(73)
Impostos e Taxas	(71)
Despesas com transportes	(0)
Total	(2.640)

13. Taxa de administração

Conforme item 11.1 do regulamento do Fundo aprovado em 30 de setembro de 2016, pela prestação dos serviços de administração, será devida pelo Fundo uma remuneração correspondente a 0,12% (zero virgula doze por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, provisionada e paga mensalmente na proporção de 1/12 (um doze avos), até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente, observada, ainda, a remuneração mínima de R\$ 58 (cinquenta e oito mil) mensais, na data-base de 01 de julho de 2016, reajustada anualmente pela variação positiva do IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (“Taxa de Administração”).

No período findo em 31 de julho de 2025 a taxa de administração totalizou R\$ 765 e representou 0,18% do patrimônio líquido médio, não restando saldo a pagar para a Administradora em 31 de julho de 2025.

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

14. Despesas de serviços de terceiros

Descrição	31/07/2025
Honorários advocatícios	(245)
Honorários Auditoria	(140)
Honorários outras pessoas jurídicas	(7)
Honorários com avaliações	(16)
Taxa de fiscalização CVM	(24)
Taxa de escrituração de cotas	(13)
Taxa B3	(10)
Taxa Anbima	(3)
Total	(458)

15. Despesas Administrativas

Descrição	31/07/2025
Despesas cartorárias	(8)
Despesas Legais e Judiciais	(83)
Outras Despesas	(6)
Viagens e hospedagens	(9)
	(106)

16. Legislação tributária

a. Fundo

O Fundo, conforme legislação em vigor é isento de impostos, tais como PIS, COFINS e Imposto de Renda, este último só incidindo sobre as receitas financeiras obtidas com as aplicações em renda fixa do saldo de caixa do fundo (compensáveis quando da distribuição de resultados aos cotistas). Para usufruir deste benefício tributário, conforme determina a Lei 9.779/99 deve atender aos seguintes requisitos:

- i.* Distribua, pelo menos a cada seis meses, 95% de seu resultado de caixa aos cotistas.
- ii.* Não invista em empreendimento imobiliário que tenha como incorporador, construtor ou sócio de imóvel pertencente ao Fundo, quotista que possua, isoladamente ou em conjunto com pessoa a ele ligada, mais de 25% das cotas do Fundo.

b. Cotista

As distribuições de rendimentos aos cotistas estão sujeitas à retenção de 20% a título de Imposto de Renda na Fonte.

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

c. Isenção de imposto de renda para pessoas físicas

A Lei 11.196/05 estendeu os benefícios do inciso III do artigo 3º da Lei 11.033/04, de isenção do Imposto de Renda sobre as distribuições pagas à cotista Pessoa Física, nas seguintes condições:

- (i) Na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário e pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado.
- (ii) Será concedido somente nos casos em que os Fundos de Investimento Imobiliário ou os Fiagro possuam, no mínimo, 100 (cem) cotistas; (Redação dada pela Lei nº 14.754, de 2023)
- (iii) Não será concedido à cotista pessoa física titular de cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelo fundo de investimento imobiliário ou cujas cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo fundo.
- (iv) Não será concedido ao conjunto de cotistas pessoas físicas ligadas, definidas na forma da alínea “a” do inciso I do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, titulares de cotas que representem 30% (trinta por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelos Fundos de Investimento Imobiliário ou pelos Fiagro, ou ainda cujas cotas lhes derem direito ao recebimento de rendimento superior a 30% (trinta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo fundo. (Incluído pela Lei nº 14.754, de 2023)

Os ganhos de capital e rendimentos auferidos na alienação ou no resgate de cotas dos fundos de investimento imobiliário por qualquer beneficiário, inclusive por pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda à alíquota de 20% (vinte por cento).

17. Serviços de tesouraria e escrituração

O serviço de tesouraria e escrituração das cotas do Fundo é prestado pela própria Administradora.

18. Rentabilidade do Fundo

O valor patrimonial da cota e a rentabilidade do Fundo no mês de julho de 2025 foi a seguinte:

VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

Exercícios	Valor Patrimonial da cota no início do período	Valor Patrimonial da cota no final do período	Rentabilidade patrimonial (1)	Dividend Yield (2)	Rentabilidade (1+2)
31/07/2025	174,7404	155,8677	-10,8004%	4,5133%	-6,2871%

A rentabilidade por cota é calculada com base no valor patrimonial de cota no final do período sobre o valor patrimonial da cota no início do período.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

O Dividend Yield é calculado com base no valor médio distribuído por cota no exercício sobre a média do valor do patrimônio líquido entre 1º de janeiro de 31 de julho de 2025.

19. Negociação das cotas

O Fundo tem as suas cotas admitidas à negociação na [B]3 através do *ticker* FVPQ11, e no período foram negociadas, conforme demonstrado abaixo:

jan/25	47,51
fev/25	50,50
mar/25	51,50
abr/25	53,74
mai/25	60,02
jun/25	70,25
jul/25	70,75

Fonte: B3. Valores base na última negociação de cada mês.

20. Fatores de riscos

Riscos relacionados à rentabilidade do investimento

O investimento em cotas de um fundo de investimento imobiliário é uma aplicação em valores mobiliários de renda variável. Os valores a serem distribuídos aos Cotistas dependerão do resultado do Fundo que, por sua vez, dependerá das receitas provenientes das locações dos imóveis do Fundo.

Risco de liquidez

O Fundo é um condomínio fechado, o que pressupõe que os seus cotistas somente poderão resgatar suas Cotas ao seu final, no momento de sua liquidação, considerando que o Fundo tem prazo indeterminado.

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

Assim sendo, espera-se que os cotistas estejam conscientes de que o investimento no Fundo possui características peculiares e específicas quanto à liquidez das Cotas, consistindo, portanto, como um investimento de médio a longo prazo. Pode haver, inclusive, alguma oscilação do valor da Cota no curto prazo, que pode acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do Cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do Fundo.

Riscos tributários

O risco tributário consiste basicamente na possibilidade de perdas decorrentes de eventual alteração da legislação tributária, mediante a criação de novos tributos, interpretação diversa da atual sobre a incidência de quaisquer tributos ou a revogação de isenções vigentes, sujeitando o Fundo ou seus Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente.

Riscos Associados ao Investimento no Empreendimento

i) Risco de desapropriação

Há possibilidade de que ocorra a desapropriação, parcial ou total, do(s) imóvel (is) que compõe a carteira de investimentos do Fundo, por decisão unilateral do Poder Público, a fim de atender finalidades de utilidade e interesse público. Tal desapropriação pode acarretar a perda da propriedade, podendo impactar a rentabilidade do Fundo. Não existe garantia de que tal indenização paga ao Fundo pelo poder expropriante seja suficiente para o pagamento da rentabilidade pretendida pelo Fundo.

ii) Risco de sinistro

Em caso de sinistro envolvendo a integridade física dos imóveis do Fundo, os recursos obtidos pelas indenizações a serem pagas pelas seguradoras poderão ser insuficientes para a reparação do dano sofrido, bem como o atraso no seu pagamento pode impactar no desenvolvimento dos negócios e consequentemente na rentabilidade do Fundo.

iii) Risco de vacância e inadimplência

O risco de vacância e inadimplência é inerente a qualquer imóvel cujo objetivo seja gerar renda com aluguéis. Locatários podem deixar o imóvel ou ficar inadimplentes devido a superoferta na região ou desaquecimento da economia, gerando assim redução da receita e aumento das despesas para o Fundo.

iv) Riscos macroeconômicos gerais

É característica das locações sofrerem variações em seus valores em função do comportamento da economia como um todo. Assim, o Fundo está sujeito, direta ou indiretamente, às variações dos mercados de capitais e a conjuntura econômica do Brasil, tais como:

- (a) Desaquecimento da economia;

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

- (b) Taxas de juros;
- (c) Alteração nas políticas monetária e/ou cambial;
- (d) Inflação;
- (e) Liquidez dos mercados financeiros;
- (f) Riscos tributários;
- (g) Outros acontecimentos políticos e econômicos que venham afetar o mercado imobiliário.

Risco relacionado à mudança do critério de distribuição de rendimentos e sua respectiva tributação

Em 24/01/2022, a Comissão de Valores Mobiliários divulgou a ata da reunião do seu Colegiado de 21/12/2021, na qual deliberou pelo provimento parcial de recurso envolvendo questões relacionadas à distribuição de rendimentos de fundo de investimento imobiliário em valores superiores ao lucro contábil acumulado.

A referida decisão envolveu um caso específico. Contudo, o entendimento ali manifestado pode se aplicar aos demais fundos de investimento imobiliário que tenham características similares ao do caso analisado.

Com base na decisão do Colegiado, os fundos imobiliários têm discricionariedade para definir os valores a serem distribuídos aos cotistas. Entretanto, ao apresentarem suas demonstrações financeiras, devem reconhecer adequadamente a segregação dos valores distribuídos entre rendimentos e amortização de capital.

Os efeitos da decisão estão suspensos, entretanto, caso a decisão venha ser confirmada, a apresentação dos efeitos da distribuição de rendimentos nas demonstrações financeiras poderá ser impactada, com potencial impacto relevante na dinâmica de aprovação das distribuições e tributação dos valores distribuídos.

21. Instrumentos financeiros e derivativos

O Fundo não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos.

a) Gerenciamento de riscos

O Fundo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas

VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

estratégias e necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pelos administradores do Fundo, não sendo realizadas aplicações de caráter especulativo que envolvam instrumentos financeiros derivativos, ou quaisquer outros ativos de risco.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Adicionalmente, o administrador procede a uma avaliação tempestiva da posição consolidada do Fundo, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

b) Riscos do Fundo

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras e propriedade para investimentos.

Risco de taxa de juros

O Fundo possui aplicações financeiras, conforme divulgado na nota explicativa nº 4, as quais possuem como referência (“benchmark”) o CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro).

Adicionalmente, o Fundo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” / “swap” contra esse risco. Porém, ele monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Fundo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras. O Fundo restringe sua exposição a riscos de crédito realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez

VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

O Fundo acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de planejamento e monitoramento de seus recursos financeiros disponíveis, garantindo o devido cumprimento de suas obrigações.

Risco relacionado à mudança do critério de distribuição de rendimentos e sua respectiva tributação

Em 24/01/2022, a Comissão de Valores Mobiliários divulgou a ata da reunião do seu Colegiado de 21/12/2021, na qual deliberou pelo provimento parcial de recurso envolvendo questões relacionadas à distribuição de rendimentos de fundo de investimento imobiliário em valores superiores ao lucro contábil acumulado.

A referida decisão envolveu um caso específico. Contudo, o entendimento ali manifestado pode se aplicar aos demais fundos de investimento imobiliário que tenham características similares ao do caso analisado.

Com base na decisão do Colegiado, os fundos imobiliários têm discricionariedade para definir os valores a serem distribuídos aos cotistas. Entretanto, ao apresentarem suas demonstrações financeiras, devem reconhecer adequadamente a segregação dos valores distribuídos entre rendimentos e amortização de capital.

Os efeitos da decisão estão suspensos, entretanto, caso a decisão venha ser confirmada, a apresentação dos efeitos da distribuição de rendimentos nas demonstrações financeiras poderá ser impactada, com potencial impacto relevante na dinâmica de aprovação das distribuições e tributação dos valores distribuídos.

22. Hierarquia de mensuração pelo valor justo

O Fundo aplica o CPC 46 e o artigo 7º da Instrução CVM nº 516/2011, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 – O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Nível 2 – O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Nível 3 – Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros e as propriedades para investimento incluem aquelas descritas no artigo 7º da Instrução CVM 516/11.

As tabelas abaixo apresentam os ativos e passivos do Fundo mensurados pelo valor justo em 31 de julho de 2025:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	31/07/2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Cotas de fundo de investimento	-	2.988	-
Propriedade de investimento	-	-	430.644
Total do ativo	-	2.988	430.644

23. Divulgação de informações

A política de divulgação de informações relativas ao Fundo inclui, entre outros, a divulgação mensal do valor patrimonial da cota, a rentabilidade do período e do patrimônio do Fundo, envio de extrato semestral aos cotistas e a disponibilização aos cotistas de informações periódicas, mensais e anuais na sede da Administradora. Adicionalmente, a Administradora mantém serviço de atendimento aos cotistas em suas dependências e efetua a divulgação destas informações em seu site.

24. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento a Resolução nº 162/22 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que a Administradora, no período, não contratou nem teve serviço prestado pela KPMG Auditores Independentes Ltda. relacionados a este Fundo de investimento que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

25. Demandas judiciais

Provisão para contingências

Com base na análise individual dos processos de natureza cível, trabalhista e tributária em que o Fundo é parte, em 31 de julho de 2025, existem processos judiciais com classificação de perda possível no montante de R\$ 8.609. Já os processos com classificação de perda provável, não há saldo de provisão para

**VIA PARQUE SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

contingências reconhecido contabilmente no período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025.

26. Depósitos judiciais

A Administradora do Fundo fez depósitos judiciais objetivando resguardar seus direitos e em 31 de julho de 2025 o total de depósitos era de R\$ 1.078.

27. Seguros

O Fundo adota a política de contratar cobertura de seguros para as propriedades para investimento sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, pela administradora e pela gestora, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

28. Transações com partes relacionadas

No período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025, o Fundo não realizou operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários de Fundos administrados e geridos pela Instituição Administradora/Gestora/Parte a elas relacionada do Fundo.

Durante esse período foram registrados no resultado o valor de R\$ 405 em gestão, R\$ 57 em escrituração de cotas e R\$ 225 de taxa de administração líquida, sendo que não ficaram saldos pendentes de pagamento.

29. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes ao período encerrado em 31 de julho de 2025.